

Governo define opções para negociação com credores

JOCIMAR NASTARI

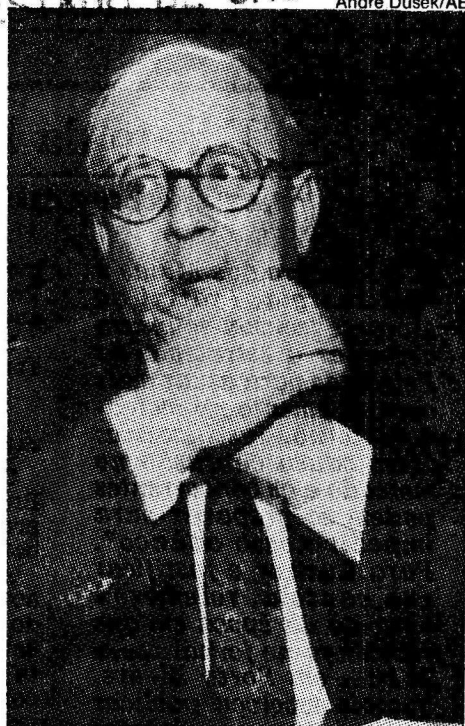
BRASÍLIA — O governo brasileiro apresentará seis alternativas de renegociação da dívida de US\$ 42 bilhões com os bancos privados internacionais, informou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, durante almoço com as lideranças partidárias no Senado. Segundo o ministro, a proposta brasileira prevê que cada banco poderá escolher a alternativa que achar melhor.

Marcílio disse aos senadores que as negociações com o comitê interino dos bancos serão retomadas a partir de segunda-feira, em Nova York, por uma missão técnica brasileira chefiada pelo negociador oficial da dívida, Pedro Malan. O ministro previu que essa nova fase de discussões deverá ser rápida e que o acordo com os bancos está próximo.

O almoço foi oferecido pelo líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), e dele participaram todos os líderes partidários no Senado e o presidente da casa, Mauro Benevides (PMDB-CE). Estiveram também presentes Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Francisco Gros. Maciel afirmou que a reunião abriu caminho para que o Senado aprove o acordo de renegociação da dívida com os bancos. O acordo só poderá entrar em vigor depois de aprovado pelo Senado, conforme determina a Constituição.

Redução do estoque — O ministro da Economia detalhou apenas duas das seis alternativas da proposta de renegociação, informou o líder do PSDB no Senado, Mário Covas (SP). Elas são derivadas do Plano Brady, criado pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para apoiar programas de reestruturação da dívida externa de países em desenvolvimento. As duas propostas deram base aos acordos fechados pela Argentina e México com seus credores.

A primeira proposta prevê a redução de até 35% do estoque da dívida de US\$ 42 bilhões. A outra permite apenas a redução dos juros pagos sobre essa dívida. Nos dois casos o governo brasileiro compraria títulos do Tesouro dos Estados Unidos para oferecer como garantia aos credores. Segundo Covas, o ministro explicou aos senadores que as outras quatro alternativas situam-se entre essas duas propostas, com algu-

**Ministro Marcílio**

Bancos poderão escolher entre seis propostas de acordo

mas delas combinando redução de estoque e de juros.

Ajuste fiscal — Durante o almoço, que durou três horas, Marcílio falou também sobre outros assuntos, dedicando mais tempo para o ajuste fiscal que o governo pretende aprofundar no próximo ano. Marcílio disse aos senadores que é fundamental para a estabilização da economia a aprovação da reforma fiscal-tributária que o governo encaminhará ao Congresso no segundo semestre deste ano.

O ministro informou que o presidente da Comissão de Reforma Tributária, Ary Oswaldo Mattos Filho, iniciará um trabalho de informação de deputados e senadores na próxima semana. Ele vai se reunir frequentemente com os parlamentares para mantê-los atualizados sobre os trabalhos da Comissão, que deverá concluir sua proposta até o final de julho.